

O engenheiro e o político: as relações entre o discurso político e o discurso científico na trajetória de Francisco Pereira Passos

The engineer and the politician: the relations between political and scientific speech in the trajectory of Francisco Pereira Passos

JANAINA LACERDA FURTADO

Museu de Astronomia e Ciências Afins | MAST

RESUMO: A história da cidade do Rio de Janeiro do século XIX, com suas reformas urbanas e epidemias, é, sem dúvida, um tema bastante recorrente na historiografia – a maioria dos trabalhos fixa-se na análise dos problemas de saúde pública e reurbanização da cidade a partir da década de 1890 e início do século XX. Entretanto, desses trabalhos, pouquíssimos são voltados à análise da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, a primeira iniciativa do governo, no caso do Ministério dos Negócios do Império, ainda na década de 1870, de remodelar a cidade. Nesse sentido, com este artigo propõe-se a análise do movimento “pré-Bota-Abaixo”, mostrando de que maneira o futuro prefeito Pereira Passos construiu, definiu e delineou, desde sua formação na Escola Militar até a consolidação das obras, suas idéias de reurbanização da cidade, analisando sua trajetória de vida, suas influências pessoais e intelectuais, sua relação com as teorias da Junta de Higiene Pública e seu projeto para a cidade do Rio de Janeiro, explicitado nos planos da Comissão, até as obras propriamente ditas, já no início do século XX, de abertura da grande Avenida Central.

Palavras-chave: Brasil Império; saúde pública; Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro; política.

ABSTRACT: The history of the city of the Rio de Janeiro in the XIX century, with its urban reforms and epidemics is, doubtless, a recurrent subject in Historiography – the majority of works set itself in the analysis of Public Health problems and the reconstruction of the city from 1890's decade to the beginning of the twentieth. However, in the 1870's a few of these works were set on the first initiative of the government – the Department of the Business of the Empire - of rearranging the city. In this sense, this work proposes the analysis of the “pré Bota-Abaixo” movement, showing how the future mayor Pereira Passos built, defined and delineated his works and ideas of rearranging the city, since his formation in the Military School. And it will continue by analyzing his path of life, his personal and intellectual influences, and also his relation with the theories of the Junta de Higiene - set out in the plans of the Commission - up to the opening of the great Avenida Central in the beginning of the century XX.

Key words: Empire of Brazil; public health; Comissão de Melhoramentos of the City of Rio de Janeiro; politics.

Introdução

A biografia, que hoje em dia voltou a figurar como gênero historiográfico, já foi apontada como a expressão máxima de um tipo de historiografia que precisava ser reformulada. Foi criticada duramente por diversos historiadores, dentre os quais Jacques Le Goff, que, em 1974, ressaltava a insuficiência

metodológica de um gênero situado nas fronteiras da literatura e da história¹. Porém, alguns anos mais tarde, o próprio Le Goff propôs uma nova biografia histórica, na qual o historiador deveria fugir da linearidade da biografia tradicional e perguntar ao biografado sobre sua trajetória, lugar em que nasceu, cresceu, estudou; quais suas relações sociais e pessoais; em que contexto histórico e cultural ele viveu e atuou e em quais idéias acreditava e quais defendia².

Pierre Bourdieu, em seu artigo *A ilusão biográfica*, lembra-nos de que não podemos compreender uma trajetória – que chama de ‘envelhecimento social’ – sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos no campo no qual ela se desenrolou e o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado e os demais agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. Trata-se da ‘superfície social’, uma descrição rigorosa do conjunto de posições simultaneamente ocupadas em um dado momento por um indivíduo socialmente instituído e este, por sua vez, agiria como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que permitem a esse indivíduo intervir como agente eficiente em diversos campos³.

Giovanni Levi propôs uma tipologia para se construir a ‘superfície social’ de uma trajetória – a partir dos conceitos elaborados por Bourdieu – denominada ‘biografia e contexto’. Nessa tipologia, a biografia conservaria sua especificidade tratando o indivíduo singularmente; porém, a época, o meio e a ambiência devem ser valorizados como fontes capazes de caracterizar uma atmosfera que explicitaria a singularidade das trajetórias, não se tratando de reduzir as condutas a comportamentos típicos, mas de interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto⁴.

A partir das propostas desses três autores – a meu ver, complementares –, escolhi analisar a trajetória de um indivíduo pertencente à elite imperial⁵ nas décadas de 1860 e 1870: o engenheiro – e futuro prefeito do Rio de Janeiro – Francisco Pereira Passos como o agente considerado de que nos fala Bourdieu. O conselheiro e ministro do Império João Alfredo Correia de Oliveira, os engenheiros Marcelino Ramos da Silva, Jerônimo de Moraes Jardim e André Rebouças foram escolhidos como os demais agentes, objetivando construir a superfície social em que se desenrolou essa trajetória.

A opção por Pereira Passos como biografado deu-se a partir dos critérios propostos por Levi, que afirma que “os indivíduos escolhidos para serem biografados o são porque eles nos dão acesso aos problemas que nos interessam”. Pereira Passos – pertencente à boa sociedade, estudante da Escola Militar na década de 1850, época, justamente, em que o Rio de Janeiro sofria com as epidemias de febre amarela, cólera e varíola e em que os debates a respeito de melhorias urbanas e sanitárias começavam a tomar fôlego – assistiu a todas as mudanças ocorridas durante a segunda metade do século XIX na cidade. Sua formação, certamente, conferiu ao jovem bacharel uma bagagem ideológica que o seguiria até a sua morte em 1913.

A atuação desse indivíduo nessa superfície nos aponta nosso problema central: o discurso científico – elaborado por engenheiros e médicos – da higiene e reforma urbana como uma atividade humana. Aquele que pratica e discute essa ciência é, na realidade, parte intrínseca de uma sociedade e, como tal, não pode um discurso científico à parte da cultura, sociedade, país ou tradição em que cresceu e se formou⁶.

Atores e Superfície Social

João Alfredo Correia de Oliveira, pernambucano e bacharel em Direito, começou sua vida política em Pernambuco, como deputado estadual. Em 1870, veio para o Rio de Janeiro para assumir uma pasta

do Ministério do Império. Na época, era engenheiro do Império André Rebouças, também formado pela Escola Central, mas com uma idéia de engenharia muito diferente da de Pereira Passos. André era encarregado, dentre outras atividades, dos estudos sobre as possibilidades de abastecimento de água da cidade⁷ pelo então ministro da Agricultura do Gabinete do visconde de Itaboraí Diogo Velho.

André Rebouças organizou uma empresa privada, consultando Itaboraí sobre diversos temas financeiros e operacionais. Entretanto, a resolução para o problema de abastecimento da cidade caminhava devagar, pois o ministro Diogo Velho mostrava pouco interesse, ou incapacidade, de avaliar o projeto de Rebouças, que, aliás, contava com a co-autoria de seu irmão Antônio, optando pela produção de estudos preliminares, em parte também para não desagradar os demais engenheiros do ministério, como Francisco Pereira Passos, que, certamente, opôs-se fortemente ao projeto.

Itaboraí, então, resolveu pressionar Diogo Velho para que fosse tomada uma medida prática, que resultou em uma Comissão Especial, formada pelos irmãos Rebouças e o Inspetor de Águas Monteiro de Barros. A proposta do grupo implicava a abertura de poços em terrenos particulares, o que gerou uma forte oposição aos trabalhos da Comissão de Rebouças. Assim, Diogo Velho, acatando a negativa do conde de Bonfim em fornecer a água, freou as pretensões de Rebouças. Porém, André, que não era contratado efetivo, dirigiu-se diretamente a Itaboraí, que deu a contra-ordem. Assim, apesar de contar com a simpatia do conselheiro, cresceu a hostilidade entre os irmãos Rebouças e os demais engenheiros ligados a Diogo Velho, dentre eles, Pereira Passos. Com a queda de Itaboraí e a instauração de um novo gabinete, o ministro João Alfredo, agora à frente do Ministério da Agricultura, cancelou todos os contratos anteriores e demitiu André Rebouças⁸.

Para Maria Alice Rezende, esse episódio é importante pois demonstra, além do início de uma política de gabinete, o quadro institucional de entrelaçamento entre o poder público e o desenvolvimento de uma burocracia profissional, representada pelos engenheiros do Ministério de Agricultura e Obras Públicas, abrindo caminho para o então jovem promissor Francisco Pereira Passos, que, naquele mesmo ano, tornou-se consultor técnico do Ministério de Agricultura e Obras Públicas, sob a chefia de João Alfredo. No ano seguinte, rumou novamente para a Europa, dessa vez para Londres, como inspetor especial das estradas de ferro subvencionadas pelo governo, atuando como mediador em uma série de contratos, regressando em 1873⁹. Em 1874, foi promovido a engenheiro do Ministério do Império, com a incumbência de integrar a Comissão de Melhoramentos, época em que os engenheiros começam a aparecer efetivamente no cenário político e a ganhar, a partir da Escola Politécnica, visibilidade social.

O outro membro da Comissão, Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, era formado em Engenharia Civil e em Matemática, pela mesma Escola Militar. Marechal reformado do Exército e Inspetor-Geral das Obras Públicas do Império, também desenvolvia trabalhos sobre o abastecimento de água da cidade, tendo publicado *Projecto de abastecimento d'agua para a cidade do Rio de Janeiro* em 1874. Também compunha a Comissão o engenheiro Marcelino Ramos da Silva.

Projetos de Melhoramentos no Rio de Janeiro: Entram em Cena os Engenheiros

Por aviso de 27 de maio último [...]

plano geral para alargamento e rectificação de várias ruas desta capital [...]

com o fim de melhorar suas condições higyenicas e facilitar a circulação [...]

dando ao mesmo tempo mais beleza e harmonia às suas construções.
(Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos)

A Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro existiu de 1874 a 1876 e produziu dois relatórios: um em janeiro de 1875 e outro aproximadamente um ano depois. O primeiro tratava da parte que abrangia as freguesias do Engenho Velho, Andaraí, São Cristóvão, Catete e Botafogo. Esse relatório tratava também com destaque o problema do Canal do Mangue, ou, nas palavras da Comissão: “receptáculo de imundices [...] foco permanente de infecções miasmáticas”¹⁰ e fixava ainda as regras para a construção de casas particulares.

No que dizia respeito ao Canal do Mangue, a Comissão propunha duas soluções: a) aterro completo do canal, que seria substituído por uma grande galeria coberta que receberia as águas pluviais e servidas; b) prolongamento do canal até o mar, combinado com a construção de esgotos laterais e a desobstrução do canal. No segundo relatório¹¹, a Comissão volta ao assunto reafirmando a necessidade das obras do canal e propõe ainda a construção de um ramal da Estrada de Ferro D. Pedro II sobre a margem esquerda do canal e de uma estação marítima para a mesma estrada.

Para as freguesias do Engenho Velho e do Andaraí, as propostas eram de alargamento e retificação das ruas e abertura de algumas grandes vias, os bulevares, tendo como meta principal ligar o Campo da Aclamação à raiz da serra do Andaraí. Já para as regiões de São Cristóvão, Catete e Botafogo, as obras propostas se limitavam ao alargamento de ruas e construção de praças, além de sugestões de construção de um sistema de esgoto subterrâneo em substituição ao já existente¹².

Tão logo foi apresentado, o relatório sofreu inúmeras críticas, inclusive de outros engenheiros, por não ter priorizado a parte central da cidade, onde os problemas eram considerados de maior gravidade. Em resposta aos comentários, o engenheiro Pereira Passos publicou um artigo no *Jornal do Comércio*¹³, no qual defendia a escolha dessas freguesias. Para ele, nesses locais seria possível iniciar as obras imediatamente sem grandes problemas – pois a região possuía um terreno menos acidentado e com poucas edificações. A normatização devida para as ruas e construções possibilitaria, posteriormente, o deslocamento da população da parte central para os arrabaldes, para em seguida se iniciarem as obras naquela região.

O segundo relatório apresentado pela Comissão em 1876 contemplava, talvez em resposta às críticas, a parte central da cidade. Esse segundo documento propunha o arrasamento dos morros do Castelo e de Santo Antônio. Em relação ao traçado urbano, sugeria o alargamento da Rua Larga de São Joaquim, pelo lado direito, descendo, além de seu prolongamento, até uma nova rua projetada entre as ruas dos Ourives e Uruguaiana e daí até o Largo de Santa Rita, que propiciou, mais tarde, na reforma de Pereira Passos já na prefeitura, a abertura da Rua Marechal Floriano, que fez desaparecer as ruas Estreita e Larga de São Joaquim.

Esse relatório propunha ainda o alargamento da Rua Visconde de Inhaúma em toda a sua extensão, o alargamento e a retificação da Rua da Prainha entre a Rua dos Ourives e o litoral, bem como o seu prolongamento até a Rua Estreita de São Joaquim. Para finalizar, o alargamento de vários pontos das ruas da Saúde e de São Bento; a abertura de uma nova rua, começando na Prainha, passando pelas ruas dos Ourives, Uruguaiana e Largo da Carioca e, seguindo em linha reta, passando pela Rua Gonçalves Dias até o Largo da Mãe do Bispo.

Em linhas gerais, esse segundo relatório se ocupa dos assuntos já tratados no primeiro, tais como as habitações populares, a largura e altura das ruas e o Canal do Mangue, além de dedicar uma parte aos morros do Castelo e Santo Antônio, aconselhando o arrasamento total de ambos. Entretanto, o

que chama a atenção nesse segundo relatório é o fato de, a todo momento, remeter-se às obras de saneamento de cidades européias, como Londres, Paris, Marselha, Bruxelas, entre outras, como modelo de civilização a ser seguido em oposição à barbárie:

Nas cidades antigas, em que as conveniências de defeza obrigavam a encerrar em limitado perimetro, as ruas eram geralmente muito estreitas e pouco extensas. Entre os povos bárbaros, e entre outros pouco adiantados em civilização, as ruas são igualmente acanhadas e mal dispostas¹⁴.

E continua, fazendo o contraponto passado/barbárie e futuro/civilização moderna:

O mesmo defeito ainda se nota em quase todas as cidades da Europa, que não tem soffrido alterações no século presente. E que os nossos antepassados não sentiam as necessidades que tem creado a civilização moderna, para satisfazer ás quaes é necessário aumentar a largura das ruas¹⁵.

Uma parte que deve ser ressaltada nos discursos da Comissão, presente nos dois relatórios, é a que se referia às habitações populares. A Comissão estabelecia regras para as construções e opinava desde a altura e espessura das paredes internas e externas dos edifícios até a disposição dos cômodos. Um bom exemplo é o artigo de número 22 do primeiro relatório, no qual a Comissão estabelecia que cada cômodo deveria ter uma abertura de pelo menos um metro quadrado para a rua ou para o quintal. Tais regras se aplicavam tanto a construções novas quanto a antigas, que deviam, inclusive, serem demolidas caso houvesse necessidade. Segundo a Comissão, essas construções eram as principais causas do péssimo estado de salubridade da capital do Império¹⁶.

A própria Junta Central de Higiene Pública, em seu relatório do ano de 1874, já havia assinalado que “as casas insalubres e sem ventilação como são os cortiços e estalagens [constituíam a causa da febre amarela, uma vez que era] onde se abrigavam mais de 20.000 almas, muitas das quaes em grande miséria”¹⁷.

Fica claro que a insalubridade e as doenças estavam diretamente ligadas às populações de baixa renda, que viviam aglomeradas, e cujos hábitos pouco higiênicos e degradantes, como a bebida, a degeneração moral, levavam a uma predisposição a doenças. Estas eram, de acordo com tal raciocínio, um fator de medição do grau de civilização de um país. A população pobre, em sua maioria negra e mestiça, era a causa do atraso em que vivia o país, o que pode ser observado em um dos trechos finais do segundo relatório, em que os engenheiros da Comissão afirmam que essas habitações e seus moradores, “pelo aspecto exterior dão a triste idéia de nossa civilização e de nossos sentimentos de belo e harmonioso”¹⁸.

Conclusão: da Teoria à Prática

O homem é filho de seu tempo.

Marc Bloch

Com o fim da Comissão, os planos de reforma não se concretizaram. A bem da verdade, a crise político-financeira pela qual passava o Império com o término da Guerra do Paraguai e o enfraquecimento político cada vez maior do Império, aliada à saída do ministro João Alfredo do cargo, foi uma dentre as inúmeras razões para que os projetos não saíssem efetivamente do papel.

O fato é que os engenheiros já haviam conquistado seu espaço, tomando a forma de um grupo cada vez mais organizado e ocupando definitivamente um lugar junto ao poder, ultrapassando, inclusive,

os higienistas. Esse processo, que se delineou ainda na década de 1870, consolidou-se de vez uma década mais tarde, com a fundação do Clube de Engenharia por Pereira Passos.

No Clube de Engenharia discutia-se, principalmente, o saneamento da capital. Seus associados, dentre os quais os também engenheiros Paulo de Frontin e Viera Souto, preocupavam-se, sobretudo, com a necessidade de redefinir o espaço urbano e exterminar definitivamente as epidemias. Entretanto, a crise de final do Império e início da República, aliada ao colapso do abastecimento de água da cidade em pleno verão de 1889, mostrou a ineficácia da municipalidade em lidar com os problemas urbanos, fato este que possibilitou a entrada do Clube de Engenharia e de seus membros no cenário político do país. Afinal, o audacioso e vitorioso – é bom que se diga – plano de Paulo de Frontin para regularizar o abastecimento de água levou o Clube de Engenharia para junto da municipalidade, executando trabalhos de consultoria para a prefeitura¹⁹.

A essa altura, o governo, agora uma república, passava por uma série de dificuldades a fim de se afirmar como regime de governo, tendo de administrar as facções ligadas a Floriano Peixoto, à burguesia cafeeira e até a monarquistas saudosos. A crise se refletiu na prefeitura – de 1889 a 1902, houve 19 prefeitos diferentes, dentre fixos e interinos. Enquanto isso, o projeto de saneamento da capital continuava na pauta, pois as epidemias assolavam sem tréguas²⁰.

Em 1903, o então presidente da República Rodrigues Alves convidou o engenheiro Francisco Pereira Passos – coroando de vez a passagem do Clube de Engenharia e seus membros para a esfera pública – para ocupar um cargo público importante que possibilitaria a efetivação dos planos de saneamento para o Rio de Janeiro elaborados por aquela instituição.

Aos 66 anos de idade, Pereira Passos trouxe consigo a bagagem de engenheiro que presenciou as mudanças urbanas de diversas cidades européias, além da sua própria. Vivenciou a construção, ao longo do século XIX, ora como espectador, ora como produtor, do discurso da urbanização e da saúde pública e vislumbrava de que maneira o Rio de Janeiro seria uma cidade moderna e higiênica.

Portanto, embora o século fosse outro, a forma de governo fosse outra, as pessoas fossem outras, Passos ainda era o mesmo, um engenheiro formado pela Escola Militar (1839-1874) – cujas origens remontam à Real Academia Militar, criada ainda no século XVIII, que objetivava a organização de um exército regular e de engenheiros ligados à política do Estado – e como tal fortemente influenciado pelas idéias de “progresso”, “civilização” e “ordem” que serviram de, nas palavras de Maria Inez Turrazi, “argamassa” para as formulações teóricas desta e de outras instituições²¹ e, conseqüentemente, de seus alunos.

Para compreender esse processo, foi preciso entender Pereira Passos como um indivíduo inserido em um conjunto de práticas, técnicas, habilidades e conhecimentos – materiais e sociais – que o tornou parte intrínseca do grupo ao qual pertencia: a elite intelectual, econômica e política do Império, engenheiro formado na primeira metade do século XIX na Escola Militar, aluno ouvinte da École des Ponts e Choses durante os intensos anos da reforma empreendida pelo engenheiro Eugénie Haussman em Paris e imerso nas concepções científicas e evolucionistas de sua época. Todo esse contexto no qual Passos estava inserido se refletiu nos planos e nas ações do engenheiro ao longo de sua vida, como se pode observar no trecho de seu plano de reformas publicado em 1903, cujo objetivo era:

[dar] mais franqueza ao tráfego crescente das ruas da cidade, iniciar a substituição das nossas mais ignóbeis vielas por largas ruas arborizadas, promover melhores condições estéticas e higiênicas para as construções urbanas²².

E ainda:

[...] necessário melhorar a higiene domiciliária, transformar a nossa edificação, fomentar a construção de prédios

modernos e este desiteratum somente pode ser alcançado rasgando-se na cidade algumas avenidas, marcadas de modo a satisfazer as necessidades do tráfego urbano e a determinar a demolição da edificação atual onde ela mais atrasada e repugnante se apresenta²³.

Percebe-se um discurso muito próximo ao de quase 30 anos antes, no qual prevalecia a preocupação de transformar, por meio das reformas e da disciplina do espaço urbano e da população, o Rio de Janeiro em uma cidade moderna e civilizada, o que fica claro no trecho do relatório da Comissão de 1874:

A cidade do Rio de Janeiro já importantíssima pelo seu commercio, riqueza e população tem ante si um futuro immenso, que lhe garantem sua situação geographica e a circumstancia de ser a capital de um dos mais extensos e mais fertes paizes do mundo²⁴.

A preocupação com a construção de imagem de ‘cidade civilizada’, promovendo a ligação entre as diversas regiões da cidade, zona central a sul, a norte e a zona portuária com a comercial, a partir do alargamento e construção de ruas já estava presente nos relatórios da Comissão ainda em 1874, inclusive a preocupação com as habitações, a fim de melhorar as condições higiênicas e estéticas. Portanto, embora o século XX tenha trazido novas teorias a respeito do contágio e da prevenção das doenças, a perspectiva miasmática permanece nas reformas de 1903.

Giovanni Levi é quem nos alerta que, embora muitos associem a micro-história ao estudo de coisas pequenas, na realidade ela vai além: a história de um indivíduo é na verdade olhar a formas através do microscópio. Não se trata de estudar qualquer pessoa por qualquer motivo: estuda-se uma vida para se enxergar além dela, mais profundamente e de maneira mais completa, ou ainda, para enxergar a vida social em sua dinamicidade própria, incluindo os aspectos caóticos e contraditórios. Podemos estudar um indivíduo por ser singular, o São Luís de Le Goff ou, extremamente comum, o Menochio de Ginzburg. O que realmente importa são as perguntas que fazemos a esses indivíduos²⁵.

A trajetória de Pereira Passos e sua atuação nos diferentes campos – político, social, intelectual – mostram-nos o quanto o contexto em que ele estava inserido, o local em que se formou, onde esteve, os discursos e fatos que presenciou o marcaram irremediavelmente. Assim, para se entender todo o discurso da higiene e da reforma urbana no Rio de Janeiro do final do século XIX e início do século XX, é preciso analisar a trajetória desse engenheiro e político.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Janaina Lacerda Furtado é mestre em História Política e bolsista PCI da Coordenação de Museologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins-MAST. Este artigo foi elaborado a partir da dissertação defendida em 2003 no Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com apoio da FAPERJ. A autora agradece à pesquisadora Alda Lúcia Heizer pela leitura crítica, comentários e sugestões. E-mail: janaina@mast.br.

- 1 Jacques Le Goff e Pierre Nora citados por LEVILLAN, Philippe. Os protagonistas da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/Ed.FGV, 1996, p. 142.
- 2 LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui? *Le débat*, Paris, n. 54, p. 48-54, mars/avril 1989.
- 3 BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2000.

- 4 LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2000, p. 174-177.
- 5 O termo 'elite imperial' remete ao conceito utilizado por Ilmar Rohlhor de Matos.
- 6 PESTRE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG/UNICAMP*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 16, 1996.
- 7 CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1998, p. 108.
- 8 *Ibid.*, p. 109.
- 9 BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos, um Haussman tropical*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990.

- 10 PASSOS, Francisco Pereira et al. Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. In: BRASIL. *Ministério dos Negócios do Império*. Ministro (João Alfredo Correia de Oliveira). Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1875. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876a, p. 2.
- 11 PASSOS, Francisco Pereira et al. Segundo Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. In: BRASIL. *Ministério dos Negócios do Império*. Ministro (João Alfredo Correia de Oliveira). Relatório do Ministério do Império. Anexo F. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876b, p. 14.
- 12 PASSOS, 1876a, p. 5.
- 13 PASSOS, Francisco Pereira. O melhoramento da cidade do Rio de Janeiro. Respostas às críticas à Comissão. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, fev. 1875. Gazetilha, p. 2.
- 14 PASSOS, 1876b, p. 14.
- 15 Ibid.
- 16 Ibid., p. 16.
- 17 REGO, José Pereira do. Relatório da Junta Central de Higiene. In: BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Ministro (João Alfredo Correia de Oliveira). Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1875. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, p. 18.
- 18 PASSOS, 1876b, p. 4.
- 19 ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições*. Biblioteca Carioca: Rio de Janeiro, 1990, p. 55-58.
- 20 BENCHIMOL, op. cit., passim.
- 21 TURAZZI, Maria Inez. *A euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX*. Rio de Janeiro: COPPE/São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 38-39.
- 22 Melhoramentos da cidade elaborados pelo prefeito do Distrito Federal. 1903. Citado por: BENCHIMOL, op. cit., p. 236.
- 23 Ibid.
- 24 PASSOS, 1876b, p. 4.
- 25 Giovanni Levi citado por: BARROS, José d'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 191.

Artigo recebido para publicação em 01/2006.

Aprovado para publicação em 06/2006.